

**A QUESTÃO NACIONAL ANTE O ELÃ PÓS-MODERNO:
CAPITALISMO DEPENDENTE, SUPEREXPLORAÇÃO DA
FORÇA DE TRABALHO E LUTA DE CLASSES NO COMPLEXO
DE EUCALIPTO, CELULOSE E PAPEL EM TRÊS LAGOAS-MS**

**THE NATIONAL QUESTION IN FACE OF POST-MODERN
ELAN: DEPENDENT CAPITALISM, OVER-EXPLOITATION OF
LABOR POWER AND CLASS STRUGGLE IN THE EUCALYPTUS,
PAPER AND CELLULOSE COMPLEX IN TRÊS LAGOAS-MS**

**LA CUESTIÓN NACIONAL ANTE EL ELAN POST-MODERNO:
CAPITALISMO DEPENDIENTE, SUPEREXPLOTACIÓN DE LA
FUERZA DE TRABAJO Y LUCHA DE CLASES EN EL COMPLEJO
DE EUCALIPTO, CELULOSA Y PAPEL EN TRÊS LAGOAS-MS**

André Luis Amorim de Oliveira¹
Andre13tl@gmail.com

Thiago Araújo Santos²
thiago.a@ufms.br

Resumo: O estudo da questão nacional articula uma dupla perspectiva. Por um lado, envolve o diagnóstico sobre o caráter do desenvolvimento capitalista numa dada formação econômico-social; e, por outro, associa-se ao projeto estratégico de superação do capitalismo (ou acomodação neste) com base no diagnóstico assumido. Neste artigo, retomamos criticamente o tema à luz da Teoria Marxista da Dependência (TMD), posicionando a luta de classes e a superexploração da força de trabalho no Brasil como eixos de análise. O estudo foi realizado por meio de coleta e análise documental de notícias sobre reivindicações salariais e por melhores condições de trabalho no setor da silvicultura em Três Lagoas-MS. A natureza e recorrência das reivindicações, ainda que episódicas e fragmentárias, sugerem que a “velha” contradição de classes segue vigente no capitalismo dependente brasileiro.

Palavras-chave: questão nacional; capitalismo dependente; superexploração da força de trabalho; Três Lagoas.

Abstract: The study of the national question articulates a double perspective. On the one hand, it involves the diagnosis of the character of capitalist development in a given social-economic formation; and, on the other, it is associated with the strategic project of overcoming capitalism (or accommodating it) on the basis of the assumed diagnosis. In this article, we critically resume the theme in the light of the Marxist Theory of Dependence (TMD), positioning the class struggle and the super-exploitation of labor power in Brazil as axes of analysis. The study was carried out through the collection and documental analysis of news about wage claims and claims for better working conditions in the forestry sector in Três Lagoas-MS. The nature and recurrence of the claims, although episodic and

¹ Prof. Dr. Universidade de São Paulo (USP). Prof. Substituto – Universidade da Grande Dourados (UFGD)

² Prof. Dr. Adjunto - Graduação e Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campus de Três Lagoas (CPTL)

fragmentary, suggest that the “old” class contradiction is still in force in the Brazilian dependent capitalism.

Keywords: national question; dependent capitalism; labor force overexploitation; Três Lagoas.

Resumen: El estudio de la cuestión nacional articula una doble perspectiva. Por un lado, implica el diagnóstico del carácter del desarrollo capitalista en una determinada formación económica y social. Por otro lado, se asocia al proyecto estratégico de superación del capitalismo (o acomodación en él) a partir del diagnóstico que se asume. En este artículo revisamos críticamente el tema a la luz de la Teoría Marxista de la Dependencia (TMD), ubicando la lucha de clases y la superexplotación de la fuerza de trabajo en Brasil como ejes de análisis. El estudio se llevó a cabo mediante la recopilación y análisis documental de noticias sobre reivindicaciones salariales y mejores condiciones laborales en el sector forestal en Três Lagoas-MS. La naturaleza y la recurrencia de las reivindicaciones, aunque episódicas y fragmentarias, sugieren que la “vieja” contradicción de clases sigue vigente en el capitalismo dependiente brasileño.

Palabras-clave: Cuestión nacional; capitalismo dependiente; superexplotación de la fuerza de trabajo; Três Lagoas.

Introdução

A questão nacional comparece, no campo marxista, como um dos mais polêmicos e controversos temas. Associada a problemáticas como colonialismo, guerras, estratégia revolucionária e interpretação sobre o caráter das distintas formações econômico-sociais e suas relações com a divisão internacional do trabalho, o tema instigou vigorosos debates envolvendo intelectuais e militantes de diversas frações da esquerda revolucionária.

No século XIX, Marx e Engels abordaram o problema da questão nacional, ainda que de modo *en passant*, sem maiores aprofundamentos. Por isso, como observou Löwy (2001, p. 131), faltou “aos fundadores do socialismo moderno uma reflexão mais aprofundada sobre a questão nacional e suas implicações para o movimento operário”. Para Spilimbergo (2002), contudo, elementos metodológicos e lúcidas indicações sobre o problema já se encontravam em ambos autores. Mais tarde, o tema foi retomado na Segunda (1889) e Terceira (1919-1943) Internacionais Socialistas, em textos e discursos de Lênin, Rosa Luxemburgo, Bukharin, Stalin e Leon Trotsky.

Nesse mesmo momento, a questão nacional na América ganhou amplitude em meio aos debates dos comunistas, e Mariátegui se destacou ao colocar em primeiro plano a questão indígena relacionando-a à revolução socialista. No Brasil, pensadores como Nelson Werneck Sodré, Florestan Fernandes, Caio Prado Junior, Vania Bambirra e Ruy Mauro Marini, posteriormente, também contribuíram significativamente para a compreensão da questão nacional posicionando-a, de distintas maneiras e com diferentes enfoques, em seus nexos

com a universalidade do modo de produção capitalista. Pode-se dizer que tais intelectuais produziram diagnósticos sobre o caráter do desenvolvimento capitalista na formação econômico-social em foco e a formação das classes sociais; e, por outro, ao projeto estratégico de superação do capitalismo (ou acomodação neste) com base no diagnóstico assumido.

Diante deste quadro, é o nosso propósito com este artigo retomar criticamente o tema, a partir da realidade brasileira, à luz da Teoria Marxista da Dependência (TMD), posicionando a luta de classes e a superexploração da força de trabalho como eixos prioritários de análise. Não se trata de reificar a escala nacional como unidade de análise e escala de atuação política autorreferente, dissociada dos processos que envolvem outras escalas geográficas. Pelo contrário, buscaremos posicionar o nacional como momento de um processo mais amplo que qualifica a inserção brasileira na divisão internacional do trabalho e, como consequência, que define possibilidades e limites para a luta de classes e resistência dos trabalhadores e trabalhadoras em nossa formação econômico-social. Neste enfoque de análise não nos ocuparemos em profundidade das polêmicas e debates relativos ao tema na história do pensamento marxista. Pretendemos, aqui, tão somente estabelecer um esforço de aproximação da questão nacional no Brasil neste alvorecer da segunda década do século XXI, período marcado por forte espírito de ineditismo, relativismo e fluidez, e que tem levado à rejeição deliberada ou abandono descuidado de questões e temas clássicos das ciências humanas brasileiras.

Este esforço carrega uma explícita justificativa de caráter teórico-político. O equacionamento de questões do presente com base (ainda que não exclusivamente) num aporte clássico das ciências humanas e numa categoria de análise específica, questão nacional, permite-nos um duplo alcance. Por um lado, o de dar potência a questões não resolvidas – e, apesar disso, deslocadas ou secundarizadas – do debate teórico contemporâneo, como a superexploração da força de trabalho e a luta de classes. Por outro lado, o de permitir ir além do diagnóstico do presente, tornando possível derivar projetos políticos das teorias em debate, isto é, estratégias de superação do quadro posto ou de afirmação conservadora deste.

O estudo em tela foi realizado por meio de coleta e análise documental sobre casos de superexploração da força de trabalho e ações de resistência política no setor da silvicultura em Três Lagoas-MS. Este setor é ostensivamente promovido, na mídia local e nacional, como exemplo do “progresso” econômico nacional do agronegócio e, localmente, como a redenção econômica do município. O enfoque assumido busca, num contexto de forte apologia acrítica do real existente, desvelar contradições na forma de ser do capitalismo na

periferia do Brasil, de onde se desdobram insatisfações difusas que, sob determinadas condições, se unificam na forma de ações/resistências de classe.

O artigo está dividido em três itens. No primeiro deles, foram problematizados alguns dos pressupostos e abordagens marcantes na contemporaneidade sob a marca do “pós-modernismo”. Sem esgotar as visões de mundo e enfoques dos teóricos identificados com tal perspectiva, tarefa que seria inalcançável no espaço que dispomos neste artigo, foram discutidos criticamente alguns de seus pressupostos e implicações teórico-políticas com ênfase no debate sobre a relação entre centro e periferia. Em seguida, no segundo item, apresentamos – em contraponto à perspectiva “pós-moderna” – alguns elementos contidos na Teoria Marxista da Dependência (TMD), especialmente suas contribuições para pensar a questão nacional e a condição estrutural de superexploração da força de trabalho no capitalismo dependente. No terceiro e último item, foi discutida a forma de ser do Estado e da luta de classes no Brasil e analisada a superexploração da força de trabalho e a luta de classes em meio as condições de reprodução do capitalismo no município de Três Lagoas-MS.

Centro, periferia e o eã pós-moderno

A proposta deste artigo traz dois posicionamentos explicitamente assumidos: **a.** que entende como válidas e pertinentes as questões associadas à busca pelo caráter/natureza de nossa formação nacional e **b.** que considera a luta de classes como expressão política das contradições postas em nosso passado e presente, devendo esta ser pensada em meio às particularidades histórico-sociais e geográficas que nos constituem e nas relações com as demais nações.

Sem dúvida, porém, tais pressupostos entram em choque com as abordagens que, ao contrário dos autores citados anteriormente, diluem a importância da condição periférico-dependente e do recorte nacional na contemporaneidade. Neste caso, o entusiasmo pelo ritmo das transformações espaço-temporais da “globalização” leva os teóricos “pós-modernos” à rejeição de problemas clássicos das ciências humanas, como o caráter desigual do desenvolvimento capitalista. A justificativa para esta mudança de orientação é a crença na “pós-modernidade” como período marcado pela superação total do passado, resultando na constituição de um mundo inteiramente novo – estranho e sem memória (MORAES, 2011).

Há, neste campo teórico fértil de incertezas, o abandono da ideia de sentido: das ideologias, da história, do espaço. No mundo contemporâneo, em que os fluxos de capital,

peças e informação conformam uma “Aldeia global”, nos termos de McLuhan (1972), soa mesmo anacrônico reivindicar a questão nacional como questão de pesquisa ou escala de atuação política, bem como tratar de centro e periferia e seus nexos contraditórios.

Ganham projeção, ao contrário, interpretações que compreendem a escala global como “reveladora das estruturas e da dinâmica econômica, enquanto a localidade seria apreendida numa visão culturalista” (MORAES, 2011, p. 138), estabelecendo-se, assim, uma dicotomia entre *economia* como força homogeneizante e *cultura* como espaço de resistência e diferenciação, fundamentalmente identitárias e simbólicas. As relações entre objetividade e subjetividade, estrutura e superestrutura, economia e política (ou cultura) – agrupadas de modo preciso nas formulações de Antonio Gramsci³ – perdem agora relevância nas teorias “pós-modernas”.

Os rebatimentos políticos e ideológicos deste projeto intelectual que se pretende inteiramente renovado são perceptíveis: junto com o esvaziamento ou simples rejeição de conceitos e categorias como “classe” e “trabalho”, levam-se a cabo profundas mudanças de concepção sobre a estratégia política para a luta anticapitalista. Instrumentos tradicionais de organização da classe trabalhadora, como os sindicatos e partidos, espaços para conquistas civilizacionais básicas como redução de jornada de trabalho e salário mínimo, são considerados antiquados numa era de sujeitos “deslocados” e “descentrados” (HALL, 2006). Em nome da superação do “economicismo” da “velha esquerda” marxista, reivindica-se, consciente ou inconscientemente, sua contraface, não menos reducionista: o “culturalismo”⁴.

Neste quadro, voltar-se à natureza da condição periférica brasileira como meio para encontrar alguns fundamentos para a nossa luta de classes constitui-se uma tarefa necessária e urgente, seja no campo intelectual, seja no campo político e cultural. Isto não significa negar a existência de mudanças objetivas e subjetivas que ocorrem no mundo capitalista pelo menos desde o fim dos anos 1970.

Como já exposto por Harvey (2012), a reestruturação produtiva do capital – a transição do “fordismo” para um regime de acumulação flexível – acarretou num conjunto multidimensional de implicações, inclusive na percepção sobre a relação espaço-tempo, hoje marcadamente mais comprimida. Como argumentou Carlos (2017), enquanto “espaço amnésico”, a metrópole se encontra cada vez mais destituída de seus referenciais espaciais,

³ O militante sardo é um exemplo de destaque na crítica ao economicismo no interior campo marxista já nos anos 1930. Um dos textos em que a relação objetividade-subjetividade é exposta de modo vigoroso é o § 17 do Caderno 13, em que se discute a “Análise das situações: relações de força” (GRAMSCI, 2012, p. 36-46).

⁴ Sobre este debate, ver as incisivas críticas de José Paulo Netto dirigidas a Boaventura de Sousa Santos no conhecido ensaio “De como não ler Marx ou o Marx de Sousa Santos” (NETTO, 2004).

antes visíveis na paisagem como acúmulos de um passado vivido, como “rugosidades” (SANTOS, 2014); enquanto “tempo efêmero”, a vida acelera e tudo se torna fugaz, inclusive as relações sociais, adequando-se ao ritmo frenético da acumulação de capital e a imposição do valor de troca sobre as possibilidades do uso da/na cidade.

De modo mais amplo, este processo encontra expressão na constituição de grandes conglomerados multinacionais, na ágil e complexa rede de movimentos do capital especulativo e financeiro e no papel preponderante de organismos financeiros internacionais, como Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (OSORIO, 2019).

Cabe destacar, entretanto, que a descentralização do processo produtivo, a implosão da estabilidade nas fronteiras nacionais para a produção de mercadorias e a livre circulação, dentre outros aspectos que se intensificam e se universalizam sob a “mundialização do capital” (BENKO, 1996; CHESNAIS, 1996), realizam-se em realidades histórico-geográficas concretas. Se seus efeitos sociais e econômicos são visíveis nos países centrais, estes parecem ser particularmente catastróficos nas nações periféricas.

O descarte apressado ou o tratamento enviesado de questões cruciais como a luta de classes no interior da problemática nacional, entendida aqui nos termos dialéticos da dependência no quadro amplo do desenvolvimento mundial do capital e, portanto, de seu desenrolar contraditório (desigual e combinado) como determinante da condição periférica, incluindo a forma como este capital se apropria de frações do território e imprime sua lógica destrutiva nestes, tem consequências, como dito, teóricas, mas sobretudo políticas.

O *élan* pós-moderno orienta-se a atacar resquícios da utopia iluminista e revolucionária, fracassada, dizem os pós-modernos, com a prova “irrefutável” do fim do “socialismo real”. Para tanto, atacam ainda o que restou do que creditam ser exemplos contumazes dos fracassos do socialismo em regiões como a América Latina, a exemplo de Cuba. Ao fim e ao cabo é a metanarrativa socialista e marxista⁵, transformadas em um monolito indiferenciado e identificado como “stalinismo”, que é um dos grandes alvos na “pós-modernidade”.

Eis o *núcleo identitário* da vertente: a crença na insuperabilidade das condições materiais de uma sociedade profundamente doente por qualquer *sujeito revolucionário*, ainda mais quando este sujeito desponta ao “Sul da fronteira”. Talvez também por isso os pós-modernos

⁵ Tratando deste tema, Anderson (1999, p. 53-54) acrescenta nossos: irá expor que para um dos pensadores principais do campo pós-moderno - Lyotard, “os próprios parâmetros da nova condição foram criados pelo descrédito do socialismo como última narrativa grandiosa – versão última de uma emancipação que não fazia mais sentido [...] Comum a todos [os pós-modernos] era a subscrição dos princípios do que Lyotard – outrora o mais radical – chamou de democracia liberal como o horizonte insuperável da época. Não podia haver nada mais que o capitalismo. O pós-moderno foi uma sentença contra as ilusões alternativas”.

enxergam e até exigem um “mundo sem fronteiras!”. Dessarte, por maiores que sejam as ramificações internas à dita “condição pós-moderna”, o traço comum alude à resignação, nihilismo, antimarxismo, antissocialismo e, no limite, ao desarme político de cunho revolucionário (OLIVEIRA; RIBEIRO, 2015).

Nesse diapasão, são suprimidas as diferenças e particularidades justamente por aqueles que insistem na defesa exacerbada da “diferença”; paradoxalmente, “periferia” e “centro”, *loci* dessas distinções, (re)aparecem nas narrativas pós-modernas como uma espécie de “noite onde todos os gatos são pardos”. E à “questão nacional” é oferecida um tratamento (linguístico, tautológico e vazio) do tipo: “A periferia é o centro e o centro é a periferia”.

Ao se subsumir os “fatores modernos” em prol do hipotético “admirável (?) mundo novo pós-moderno”, imaneamente caótico, polimorfo, disperso, mutante e esquizofrênico, jaz oculto no discurso “pós” o poder omniabrangente do capital, a estrutura mundial hierárquica e desigual entres os países, assim como se fecham as portas para o debruçar-se detidamente sobre o problema das classes e luta de classes no capitalismo dependente. A rigor este mundo novo admirável que expressaria uma era pós-moderna é, assim como a própria pós-modernidade, uma abstração vazia fruto das mudanças do próprio capitalismo. Não é, portanto, nenhuma novidade, uma “nova era” para além do capitalismo, tratando-se, na realidade, de um produto de uma fase histórica a qual se pretende atribuir um estatuto “ontológico”, aquele em que se

[...] borran muchas solidaridades y barreras nacionales y se disuelven identidades sociales, consolidadas durante las etapas previas del capital. De este modo le atribuyen rango falsamente universal a una realidad social — por ejemplo la proliferación de discursos políticos fragmentados y aislados, la dispersión de los movimientos sociales, la esquizofrenia de las antiguas subjetividades, etc.— que es bien particular y característica de esta etapa de la expansión del desarrollo capitalista. (KOHAN, 2007, p. 4).

Ao mesmo tempo, outras questões políticas ou ligadas a estas, como as esboçadas no texto em tela como, por exemplo, Estado sob o capitalismo dependente, soberania, conflitos, resistência, trabalho, etc., são reavaliadas (e até descartadas) supostamente a partir de um outro (novo) panorama pós-moderno inteiramente original. Isso ocorre como se este panorama não tivesse nenhuma relação com o capital e suas transformações histórico-conjunturais, tendendo-se a hipostasiar as “verdades” pós-modernas e, *pari passu*, mistificar a realidade e, inclusive, das formações econômico-sociais latino-americanas como a brasileira.

Para Carcanholo e Baruco (2008, p. 12), essa mistificação ideológica coaduna com o surgimento histórico do ideário e as práticas neoliberais, mas essa proximidade e afinidade

não é só histórica dizem os autores: “Trata-se de duas facetas ideológicas e políticas dessa pretensa nova era, do capitalismo em sua fase contemporânea e, portanto, as duas são, [...] parte e produto dessa fase histórica, ao mesmo tempo em que hipostaseiam e mistificam essa relação”. Com efeito,

A postura prática do pós-modernismo é de não contestar a lógica capitalista como ela de fato é. Deliberadamente ou não, a resignação pós-moderna equivale à defesa neoliberal de que é impossível contestar um sistema vitorioso e que veio para ficar. Assim, o pós-modernismo e o neoliberalismo se apresentam como duas facetas do prolapado pensamento único” (CARCANHOLO; BARUCO, 2008, p. 14)

A que se resistir à performatividade descritiva e ao pragmatismo da “condição pós-moderna” na “pós-modernidade”, justamente porque esta pretende suprimir (no plano das ideias) aquilo que são desdobramentos da dinâmica capitalista; especular não só sobre um suposto fim da luta de classes, como das próprias classes sociais e do trabalho, insistindo numa abstrata “globalização” com suas “sociedades pós-industriais”. Essa resistência passa pelo reconhecimento da resistência “do outro”, ou seja, daqueles povos subalternos que travam a luta diária contra a superexploração da força de trabalho e as demais mazelas causadas pelo capitalismo dependente e “moderno” (Há mais em jogo do que meros artifícios retóricos pseudocientíficos sobre um suposto “mundo globalizado” indiferenciado. Há luta de classes!).

Contribuições da Teoria Marxista da Dependência (TMD): um esboço explicativo

A questão “é válido pensar o Brasil em termos de relação centro e periferia?” levamos pelo menos a duas posições. A primeira responderia negativamente, considerando que a fragmentação do mundo e as distinções entre os países se expressariam mais em termos de “diferenças de grau” (OSORIO, 2019), tornando-se difícil identificar as qualidades próprias que definiriam os centros e as periferias, esvaziando-se a própria ideia das desigualdades entre eles. Palavras como “primeiro”, “segundo” e “terceiro mundo”, além de “países atrasados” ou “avançados” podem, com base nessa posição, sugerir um *continuum* histórico, um movimento que, se acatadas determinadas regras nas relações entre as nações, fundamentalmente ditadas pelos países desenvolvidos, permitiria o alcance do grau de desenvolvimento presente nos estágios superiores por quem reside no “fim da fila”.

A segunda posição a respeito da validade de se pensar essa questão identifica nas relações entre as nações o centro da discussão, respondendo positivamente à necessidade de buscar seus lastros. O modo como se deram essas relações ao longo da história torna-se a base explicativa para a elucidação das diferenças econômicas, entendidas aqui como desigualdades entre os distintos países. O subdesenvolvimento não se reduz, nesta concepção, a um estágio inferior de um processo que tende, gradativamente, a sua própria superação. Ao contrário, a condição subdesenvolvida é um produto do desenvolvimento, isto é, “o desenvolvimento produz o subdesenvolvimento”, como sintetizou Gunder Frank (1970).

Entendida desta forma, a condição periférica brasileira encontra limites estruturais para sua superação por dentro do sistema. O economista e cientista político Theotônio dos Santos (2018) argumenta que um destes limites é a forte interdependência entre industrialização e o setor exportador “tradicional” ligado ao latifúndio, o que se soma ao caráter excludente do desenvolvimento industrial capitalista dependente.

As diferenças entre a industrialização e o setor exportador “tradicional”, no Brasil, podem sugerir que estamos diante de uma realidade dual: de um lado, um setor “tradicional”, agrário, pré-capitalista, apartado das dinâmicas econômicas modernas nacionais e internacionais. De outro, um setor moderno, capitalista, industrial, integrado ao mercado mundial e disposto a incorporar as mudanças necessárias para a consolidação do capitalismo em nossas fronteiras. Essa “razão dualista” (OLIVEIRA, 2013), que expressa o “arcaísmo” agrário como um dos entraves a nossa modernização ou resquício de nosso passado, ganha fôlego na famosa tese dos “dois Brasis”, elaborada por Jacques Lambert. Segundo este autor, a “unificação do país” pressupõe “a generalização a todo o país dos modos e níveis de vida que prevalecem no Sul [...] a fim de que lhe desfrutem tais vantagens, os milhões de habitantes do Brasil arcaico” (LAMBERT, 1967, p. 193).

Um dos equívocos da tese da sociedade dual é justamente o de “separar em compartimentos estanques formas sociais que eram acima de tudo complementares e interdependentes” (SANTOS, 2018, p. 71). Ao fragmentar os setores econômicos “modernos” e “arcaicos”, não evidenciando o caráter integrado do setor “tradicional” à expansão do capitalismo mundial, perde-se de vista o caráter desigual e combinado do desenvolvimento do capitalismo e as relações dialéticas entre desenvolvimento e subdesenvolvimento, indústria e agricultura, cidade e campo.

Uma seminal contribuição de base para esse debate foi dada por Ruy Mauro Marini, especialmente em seu ensaio “Dialética da dependência” (1973). Segundo este autor, o modo

de inserção da América Latina no mercado mundial, desde o século XVI, cumpriu um papel indispensável para o aumento do fluxo de mercadorias e a expansão dos meios de pagamento, que, “ao mesmo tempo em que permitiram o desenvolvimento do capital comercial e bancário na Europa, sustentaram o sistema manufatureiro europeu e propiciaram o caminho para a criação da grande indústria” (MARINI, 2011, p. 134).

Se, sob o capitalismo comercial, a América Latina já cumpria um papel importante na formação da economia capitalista mundial, a partir de 1840 esta articulação passa a ocorrer de modo mais pleno (MARINI, 2011). O sociólogo brasileiro argumenta que a grande indústria moderna carregava algumas demandas que foram supridas pelos países latino-americanos, dentre as quais a oferta de produtos agrícolas e a formação de um mercado de matérias-primas industriais.

Sem tal suprimento, os países centrais, especialmente a Inglaterra, teriam dificuldades em especializar grande parte de suas sociedades na atividade especificamente industrial, formar sua classe trabalhadora e incrementar sua produtividade (MARINI, 2011). Ao assim relacionar-se com o mercado mundial em franca transformação no século XIX, a participação da América Latina contribuiu para que o eixo da acumulação na economia industrial se deslocasse da “produção de mais-valia absoluta para a de mais-valia relativa, ou seja, que a acumulação [passasse] a depender mais do aumento da capacidade produtiva do trabalho do que simplesmente da exploração do trabalhador” (MARINI, 2011, p. 138).

A maior produtividade do trabalho obtida pelos países industriais permitia, assim, que os mesmos alcançassem preços de produção inferiores a seus concorrentes, abrindo a possibilidade de obtenção de um lucro extraordinário. Isso implica que as nações desfavorecidas devem ceder gratuitamente parte do valor que produzem, “e que essa cessão ou transferência seja acentuada em favor daqueles países que lhes venda mercadorias a um preço de produção mais baixo, em virtude de sua maior produtividade” (MARINI, 2011, p. 146).

Dada à assimetria nas relações de troca resultante das distintas capacidades produtivas do trabalho, um mecanismo de compensação é utilizado por aquelas nações desfavorecidas em seu processo interno de produção: a superexploração do trabalho. Neste caso, recorrendo ao aumento da intensidade e prolongamento da jornada de trabalho ou pela combinação de ambos os processos, é buscado o aumento da massa de valor realizada e a quantidade de dinheiro gerado pela troca (MARINI, 2011).

Segundo Jaime Osorio, esses elementos impõem diferenças qualitativas entre as nações periféricas e as do centro: o capitalismo central gestou uma modalidade de reprodução

capitalista em que, “chegado a uma certa etapa, no século XIX, teve a necessidade de incorporar massiva e ativamente sua população assalariada ao consumo, integrando-a ao mercado interno” (OSORIO, 2019, p. 185). Nos países periféricos, de modo distinto, “a industrialização não criará sua própria demanda, mas nasce para atender a uma demanda preexistente, e se estruturará em função das exigências de mercados procedentes dos países avançados” (MARINI, 2011, p. 163).

Osorio (2019), analisando a diferença qualitativa no modo de incorporação da massa salariada no consumo, entre os países centrais e periféricos, identifica como uma consequência a existência de possibilidades desiguais de exercício de soberania entre os Estados nacionais. O argumento é o de que, mesmo com as independências políticas dos países latino-americanos e a constituição de um poder central, os Estados da região sempre gozaram de uma condição soberana muito limitada.

Para o autor, o Estado funcionou como instância negociadora e arrecadadora de impostos frente às empresas estrangeiras que controlavam a exploração de matérias-primas e alimentos, zelando “pela paz interior, buscando disciplinar a força de trabalho ocupada principalmente nas atividades ligadas aos núcleos exportadores” (OSORIO, 2019, p. 188). Com a mundialização, a divisão desigual do exercício da soberania se transforma, “mas isso ocorre no contexto de um padrão intrínseco ao capitalismo com sistema: maiores graus de soberania no centro, menores quanto mais nos aproximamos das regiões e Estados dependentes” (OSORIO, 2019, p. 189).

As contradições do capitalismo em sua forma dependente criam um quadro social particularmente instável e marcado por conflitos sociais e lutas populares, administrados com iniciativas regressivas como golpes de Estado, mas também por soluções pacificadoras resultantes de “acordos pelo alto”, típicas das “revoluções passivas”⁶. Segundo Santos (2018), a pressão de consumo das massas que não podem ser absorvidas e as demandas dos setores já absorvidos pelo sistema criam uma situação estrutural de instabilidade política que leva a classe dominante a instaurar uma política de força para garantir a sobrevivência do sistema, numa fórmula descrita por Osorio (2019, p. 192) como “poder político férreo e soberanias restringidas na organização política da periferia”.

⁶ Em razão dos objetivos propostos para este texto, não será possível discutir aqui o papel das chamadas “revoluções passivas” e suas manifestações na formação brasileira. O conceito gramsciano, elaborado a partir da análise do *Risorgimento* italiano, serviu como instrumento para a “tradução” de nosso processo histórico por autores como Carlos Nelson Coutinho, Luiz Werneck Vianna e Marco Aurélio Nogueira. Para um apanhado crítico sobre este debate, ver Góes e Ricupero (2013).

A consolidação de uma rede complexa de relações econômicas entre corporações multinacionais, no contexto mais recente da mundialização do capital, apoia e reforça as soberanias restringidas na periferia do sistema. Isso não ocorre pelo “enfraquecimento” dos Estados periféricos ante as entidades financeiras internacionais supostamente sem pátria, mas por uma associação entre as classes dominantes da periferia com as classes dominantes imperialistas. Tampouco lidamos com um capital “desterritorializado”. Estamos rodeados, pelo contrário, de grandes atores políticos apoiados no que Osorio (2019, p. 196) qualificou como “Estados neo-oligarquizados”, em que “frações, setores e pequenos grupos sociais, ligados aos bancos e às grandes corporações industriais e de serviço assumiram o poder político para organizar o sistema mundial de acordo com seus interesses”.

Neste contexto, a produção local nos países dependentes é impulsionada pelos fluxos de capital, imerso nas teias da “financeirização”, combinando a expansão do domínio sobre terras e recursos naturais, encapsulados em latifúndios intocáveis pelo Estado, com a expropriação violenta ou sujeição econômica de camponeses, indígenas, ribeirinhos e outros povos do campo. A violência e a repressão, legitimadas pela pactuação conservadora entre Estado e proprietários de terra, constituem-se nos instrumentos básicos de silenciamento dos povos tradicionais, como vêm demonstrando, ano após ano, os dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT) sobre assassinatos e conflitos no campo⁷.

A velha disputa entre “terra de trabalho” e “terra de negócio”, descrita por Martins (1980) como uma das facetas do avanço do capital no campo, persiste e se complexifica com o aprimoramento das tecnologias de controle biológico das sementes e o patenteamento de saberes tradicionais. Soma-se a isso os novos aplicativos das *Big Techs* e das grandes corporações de plataformas digitais, que permitem a coleta e o armazenamento de dados detalhados de agricultores sobre solo, recursos naturais e produção em distintas partes do mundo, envolvendo produtores rurais em novas redes de distribuição que passam, cada vez mais, por empresas com grande poder de controle monopolístico como Amazon, Walmart e Flipkart.

Nas cidades, a liberalização econômica, a desregulamentação das relações de trabalho e a privatização abrem espaço para dinâmicas de acumulação flexível baseadas no trabalho precarizado e barato. Segundo Antunes e Filgueiras (2020), as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) e as empresas que se apresentam como plataformas e aplicativos incorporam estratégias de contratação e gestão do trabalho que mascaram o assalariamento

⁷ Para acesso aos relatórios anuais da CPT, conferir <<http://www.cptnacional.org.br>>.

presente nas relações que estabelecem. Este é, para os autores, um elemento central da estratégia empresarial, pois, “sob a aparência de maior autonomia (eufemismo para burlar o assalariamento e efetivar a transferência dos riscos), o capital busca, de fato, ampliar o controle sobre o trabalho e recrudescer a exploração e sua sujeição” (ANTUNES; FILGUEIRAS, 2020, p. 29).

Superexploração da força de trabalho e luta de classes: breves notas sobre a resistência dos trabalhadores no setor “moderno” de silvicultura em Três Lagoas-MS

Elencadas algumas questões no rápido esboço feito até aqui sobre as contradições do desenvolvimento do capital e do capitalismo dependente e, portanto, na trama complexa da luta de classes, faz-se necessário sinalizar, como contraponto ao descaso dos pós-modernos à “questão nacional”, para um exemplo concreto de como a luta de classes, mesmo com todos os desafios postos pela ofensiva do capital, continua não só operante, mas é o que dá sentido, por assim, dizer, à condição periférica e, por conseguinte, à “questão nacional”. Dessa forma, contrapomos ao idealismo da “condição pós-moderna” (LYOTARD, 2002), a concretude da *condição periférica!*

Acreditamos que os exemplos a seguir, ainda que de modo algum sejam suficientes e tenham a pretensão de revolver a problemática possam, por um lado, ajudar a lançar luz sobre certos limites teóricos e políticos dos adeptos da dita “condição pós-moderna” muitos deles apologistas de um abstrato “mundo globalizado”, “pós-industrial”, “pós-classista”, “pós-capitalista” e, por outro e mais importante, contribuir para este mesmo debate a partir de uma perspectiva (“periférica”) atenta às transformações objetivas e subjetivas (e seus impactos mais negativos notáveis nas economias dependentes). Ou seja, trata-se de afirmar o papel das classes e da luta de classes tendo em vista o aspecto da superexploração da força de trabalho, notadamente entre um conjunto de trabalhadores que não tem atendidas suas necessidades mais elementares, o que os impele as formas de resistência possíveis (revoltas, manifestações, paralisações, greves, etc.) diante de um setor (agro)industrial que, não sem motivos, se autointitula uma indústria moderna.

No final dos anos 2000, o município de Três Lagoas (T.L.), localizado no leste do estado de Mato Grosso do Sul, entrou numa fase de seu (contraditório) desenvolvimento econômico, ou, para sermos mais precisos, em uma fase de sua processualidade sócio-histórica, tendo como motor a ação dos capitais voltados ao agronegócio, nesse caso a silvicultura.

A territorialização do agronegócio de silvicultura impôs um conjunto de transformações, sobretudo no espaço agrícola/agrário, reestruturado em função da dinâmica da produção com base no monocultivo de eucalipto e, por conseguinte, na produção (para a exportação) de celulose e papel. Desde então, o município se transformou, no Mato Grosso do Sul, em uma das principais áreas de expansão de empresas gigantes do ramo da produção de celulose e papel no país, dentre elas, a Fibria Celulose S.A., a Eldorado Brasil Celulose e Papel e, mais recentemente (2019), a Suzano Papel e Celulose.

Tais mudanças, portanto, dizem respeito às atividades produtivas do setor do agronegócio da silvicultura atrelado à indústria de papel e celulose, incluindo as práticas e estratégias que tendem a aprofundar a concentração e centralização de capital e renda que vem à reboque da atual fase de predomínio da financeirização e especulação fundiária, assim como o controle – via apropriação privada – do território no município e, portanto, do controle tanto da força de trabalho explorada, bem como daquilo que do ponto de vista do capital seriam “ativos ambientais”.

Em meio a essas transformações que se desenvolvem a partir de novas determinações, mediações e contradições, T.L. foi primeira alçada ao patamar de “Capital Mundial da Celulose”, em 2015 e, posteriormente, em 2021, recebeu o título de “Capital Nacional da Celulose”. Para o intuito do texto em tela interessa indicar que T.L. tem experienciado transformações substanciais nas últimas duas décadas (2009 a 2019), fundamentalmente devido a industrialização calcada na produção de eucalipto, celulose e papel.

Nesse sentido, tem sido notável a rearrumação do espaço local em função deste tipo de atividade, tanto é assim que se outrora o município tinha em seu cerne a pecuária como ponta-de-lança da sua economia (característica, aliás, ligada à histórica concentração de terras na região)⁸ desde 2009 a produção de silvicultura tomou o lugar daquela e, por conseguinte, a dinâmica territorial do município passou a girar em torno da silvicultura, sem que, contudo, a pecuária deixasse de existir e/ou exercer certa importância, ainda que em menor escala. Tais processos ocorreram sobretudo após a instalação de empresas como a Fibria e Eldorado Brasil⁹.

Sobre a gênese do processo de territorialização de silvicultura, Almeida (2012, p. 2) destaca que o papel da implementação do “complexo de eucalipto-celulose e papel” atingiu

⁸ O MS possui 92% do território privado, o que coloca o estado em primeiro lugar no Brasil e termos de abrangência de propriedades privadas (ATLAS AGROPECUÁRIO, 2017).

⁹ A Eldorado Brasil Celulose S.A. foi fundada em 15 de junho de 2010 pela J&F Participações e pela MCL Participações.

seu ápice, naquele momento (em 2009) com entrada em operação da fábrica “Horizonte 1” em T.L. “[...] por meio de parceria entre Fibria¹⁰ (resultado da fusão das empresas Votorantim Celulose e Papel e Aracruz Celulose, em 2009) e International Paper/IP”.

Almeida (2012, p. 3) destaca ainda, com base nos dados do Valor econômico de 2009 e 2011 e na ABEAF (2011), a relevância da velocidade de expansão do plantio de eucalipto no Estado do MS. E, nesse sentido, demonstra “que o aumento do plantio de eucalipto em Mato Grosso do Sul foi de 83% no período de 2005 a 2007, a maioria sob controle da Fibria por meio da unidade sediada em Três Lagoas”. Já no período 2011, o Mato Grosso do Sul totalizou 475.528 ha (hectare), crescimento de 24,3%.

Nessa mesma direção, seguindo o anuário da Associação Brasileira de Produtores Florestais (ABRAF, 2011), a autora discorre que a “[...] expansão do plantio de eucalipto deu a Mato Grosso do Sul, ano base 2011, a 4ª posição, ficando atrás apenas de MG, SP e BA” (ALMEIDA, 2012, p. 4-5). Seguindo os dados da Abraf (2012), a autora afirma ainda que “no período 2000-2011 a produção nacional de celulose aumentou 87,7% (5,9% a.a.), e as exportações cresceram 190,4% (10,2% a.a.)” (Idem). Assim, em 2011, a produção brasileira de celulose totalizava 14,0 milhões de toneladas e o consumo interno era de 5,9 milhões de toneladas. Naquele mesmo período inicial, as exportações de celulose somaram aproximadamente 5 bilhões de dólares, apresentando um crescimento de 5,0% em relação a 2010 (ALMEIDA, 2012, p. 4-5)¹¹.

Mas o avanço do agronegócio continuou ao longo dos anos posteriores. Se em 2009 a área plantada com eucalipto no MS era de 290.890 (ha), em 2018 esse número passou para 901.778 (ha) (RELATÓRIO IBÁ, 2019, p. 72). Já os dados divulgados pelo IBGE (2019) referentes aos resultados da Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura (PEVS, 2019), mostravam que as maiores áreas plantadas de eucalipto de Mato Grosso do Sul e do Brasil concentravam-se em Três Lagoas, com 263.690 hectares (23,4% da área plantada de eucalipto do Estado). A produção de eucalipto para a indústria de papel e celulose, por sua vez, ocupava 1,12 milhão de hectares, sendo a 2ª maior área plantada do país, atrás somente de

¹⁰ A Fibria Celulose S.A. é a líder mundial na produção de celulose de fibra curta, contando com unidades industriais localizadas em Aracruz (ES), Jacareí (SP), além de Eunápolis (BA), onde mantém a Veracel em *Joint operation* com a Stora Enso.

¹¹ Em 2020, o Mato Grosso do Sul era 1º no ranking de exportação de celulose do país, e o 3º em área das tais “florestas plantadas”, já município seguia como o maior exportador de celulose e papel do Mato Grosso do Sul, com 99% da produção do estado saindo de Três Lagoas, que também se destaca na produção de madeira em tora para a fabricação de celulose e papel, com o maior valor de produção em 2019, em R\$ 238 milhões, participando com 31,07% do valor gerado com esse produto no Estado. Disponível em: <<https://www.rcn67.com.br/jpnews/tres-lagoas/tres-lagoas-segue-na-lideranca-das-exportacoes-do-estado-de/152893/>> e <<http://www.ms.gov.br/maior-exportador-de-celulose-do-pais-ms-ve-setor-florestal-impulsionar-economia-verde-no-estado/>>. Acesso em: 30-10-2021.

Minas Gerais, com área de 1,98 milhão de hectares. A área plantada de Pinus era de 3,7 hectares. Disso restou que no primeiro semestre de 2021 as exportações do agronegócio no Mato Grosso do Sul representavam 95,38% das exportações do estado (IBGE, 2019).

Seguindo em paralelo ao avanço deste setor, estão formas de trabalho chamadas precárias e flexíveis exemplificadas, como veremos adiante, na intensificação e extensão das jornadas, alto risco de acidentes e mortes, baixas e insuficientes remunerações, desgaste acelerado da força de trabalho, etc. Estes e outros problemas estão atrelados às novas configurações empresariais e indústrias ditas “modernas”, vinculadas à lógica de reprodução do capitalismo dependente.

Tal proposição coaduna com a de outros autores que seguem a Teoria Marxista da Dependência, visto que para estes a dependência econômica ligada ao agronegócio implica uma nova dinâmica de acumulação e reprodução do capital na periferia. Xavier (2016), por exemplo, levanta a hipótese que “a relevância e contínua expansão do agronegócio encontram-se associadas às políticas de natureza imperialista”, bem como esta “relevância/contínua expansão é reprodutora de uma situação de dependência econômica, erigida, também, sobre novas bases, àquelas atinentes à financeirização em proporções mundiais” (XAVIER, 2016, p. 151). Para além destas instigantes proposições, nos interessa aqui listar rapidamente alguns exemplos de resistência dos trabalhadores do setor, notadamente no que se refere aos terceirizados.

No bojo destes processos, a questão salarial aparece como um dos “termômetros” do problema da superexploração e, por conseguinte, da luta de classes¹². Logicamente a remuneração não é o que exclusivamente define a superexploração, segundo as proposições rigorosas da TMD. De qualquer maneira, atrelado a outros aspectos, serve como um indicativo do modo de inserção de Três Lagoas na divisão internacional do trabalho, ocupando, por assim dizer, um posto dentro da estrutura mundial de produção de *commodities* em função dos mercados externos, notadamente os da China e Europa.

Contudo, partindo de problemas no âmbito da remuneração dos trabalhadores ligados ao setor do agronegócio de silvicultura em Três Lagoas e, mais precisamente, do que isso resulta em termos de precarização¹³ das condições de trabalho e de vida destes

¹² Ao mesmo tempo, não se trata de ignorar os demais movimentos, grupos, organizações de lutas e suas formas de resistência e estratégia no local frente ao avanço do capitalismo dependente que se expressa, nesse caso, na figura do agronegócio de silvicultura que predomina em Três Lagoas atualmente.

¹³ Não se pode confundir, no entanto, a aparência do problema com o problema em si, ou seja, as formas de precarização de trabalho que ocorrem a partir da territorialização das empresas de celulose e papel em Três Lagoas e que afetam uma fatia considerável de trabalhadores do setor não é o mesmo que a superexploração da força de trabalho destes, como esclarece Marini (2011).

trabalhadores, os exemplos elencados a seguir com enfoque na questão salarial permitem evidenciar um sentido político, de classe, que se expressam de modo mais imediato no plano econômico. Isto se mostra em um conjunto de ações diversas, voluntárias e organizadas como respostas às práticas “modernas” das empresas envolvidas direta e/ou indiretamente da produção com base no monocultivo de eucalipto, prática apoiada na expansão territorial das *commodities* agrícolas, comum na economia dependente (SILVA; SOUZA, 2019).

Ademais, o rebaixamento da remuneração nestes espaços resulta da conjugação de uma série de fatores, mas ainda assim, é um dos pontos nevrálgicos ligados à superexploração, um dos conceitos centrais da Teoria Marxista da Dependência, já que esta “corresponde a um grau de exploração obtido através de métodos que implicam *o pagamento de um salário abaixo do valor da força de trabalho*¹⁴” (ARAÚJO, 2011, p.120). Desse modo, o problema da superexploração “tem a ver não com o nível de exploração em si, mas *com o caminho que leva a ele* – se implica ou não uma remuneração abaixo do valor da força de trabalho” (Ibidem, p. 120). Os exemplos também acabam se referindo a outros aspectos, problema que, direta ou indiretamente, se ligam à questão da remuneração.

Souza e Silva (2019, p. 162), acreditam que o formato de primarização da pauta exportadora brasileira como opção de inserção competitiva do Brasil na DIT traz implicações, como a superexploração do trabalho. A superexploração, ainda segundo Souza e Silva (2019, p. 162), seria um fator pertinente para pensarmos a situação dependente do Brasil de acordo com as proposições teóricas de Marini (2011). Também Delgado (2012), ancorado nas análises de Marini sobre os países de capitalismo dependente, destaca que um dos pilares da expansão do agronegócio brasileiro nos anos 2000 é a superexploração da força de trabalho.

Consideramos que a partir do destaque para determinados processos ligados ao papel da luta de classes no setor de celulose e papel em Três Lagoas, é possível observar mais de perto as relações de trabalho numa região especializada na produção dessa mercadoria para a exportação.

Foge ao escopo deste artigo, entretanto, um detalhamento da categoria de superexploração em suas múltiplas e facetadas dimensões, o que pode ser conferido em Marini (2011) e outros autores da TMD. Aqui tão somente sinalizamos para a categoria a partir do papel dos terceirizados no setor.

¹⁴ Sobre o valor da força de trabalho, cf. Marx (2013).

Em se tratando das relações de trabalho, esse papel dos terceirizados é importante porque as formas mais variadas de trabalho terceirizado têm sido amplamente adotadas pelas empresas que atuam a região, como é o caso Suzano.

No que tange ao trabalho terceirizado nas economias dependentes, cabe destacar ainda a relevância da TMD e suas categorias para a compreensão deste fenômeno. Isso porque, diante o papel cada vez mais central do fenômeno terceirização (ANTUNES, 2018), não parece incomum que este tipo de atividade passe a ser utilizada nos mais diversos setores da economia periférica, dado seu baixo custo e demais “aspectos positivos”¹⁵. Mais do que isso, a nosso ver, a estratégia da terceirização parece se relacionar diretamente à superexploração de força de trabalho em formações dependentes, ainda mais se pensarmos num setor como o agronegócio, reconhecido por suas práticas degradantes de trabalho.

Os dados quantitativos revelam que a Fibria, empresa pioneira na produção de eucalipto, celulose e papel em Três Lagoas e que foi adquirida pela Suzano em 2019, possuía já em 2010, 4.749 empregados próprios e 9.518 terceirizados (que ela denominava de “terceirizados permanentes”), conforme dados do Relatório de Sustentabilidade da empresa (RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE FIBRIA, 2009, 2010). Já a Suzano, que atuava em várias regiões do Brasil, no mesmo ano, empregava 10.789 trabalhadores, sendo 6.855 deles de trabalhadores (“colaboradores”) terceirizados (RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE SUZANO, 2010).

Observando de modo mais discriminado os dados referentes ao número de empregados somente da Suzano entre 2010 e 2018 (Tabela 1), tem-se o seguinte quadro:

Tabela 1 – Brasil: força de trabalho empregada pela Suzano (2010 a 2018)

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Empregados próprios	4.352	6.199	6.263	6.783	7.227	-	7.762	8.078	8.444
Empregados terceirizados	8.084	11.217	10.330	10.902	11.311	-	12.207	12.221	11.253
Total	12.436	17.416	16.593	17.685	18.538		19.969	20.299	19.697

¹⁵ Em média a remuneração dos terceirizados é 24,7% menor que os efetivos (considerados os mesmos cargos e função), além da jornada de trabalho ser 7,5% maior - sem contar horas extras ou banco de horas. Ademais, os terceirizados possuem uma maior rotatividade no trabalho, em média de 53,5%, ou seja, enquanto os trabalhadores efetivos permanecem em média 5,6 anos em um trabalho, os terceirizados permanecem em média apenas 2,7 anos. Há ainda uma incidência maior de acidentes de trabalho entre os trabalhadores terceirizados em comparação com os efetivos: dos cerca de 700 mil acidentes de trabalho que ocorrem todos os anos no Brasil (considerados somente aqueles regularmente notificados), em média 70% se dão com empregados terceirizados (SMETAL.ORG. 27-03-2017). Disponível em: <https://www.smetal.org.br/imprensa/>. Acesso 02-09-2022.

Fonte: Suzano, 2018. **Org.:** autores

Por um lado, estes dados indicam que o uso da força de trabalho terceirizado é perene na empresa, o que aponta para a estratégia da utilização de uma forma de trabalho reconhecidamente precária (DRUCK, 2011, ANTUNES, 2018). Nesse sentido, para além daqueles que consideram o trabalho terceirizado de “segundo escalão” ou de menor relevância, a realidade da Suzano – maior produtora de celulose do mundo - mostra algo diferente, já que os terceirizados cumprem um papel decisivo em todo o complexo produtivo da gigantesca empresa, como podemos constatar em pesquisas anteriores (OLIVEIRA, 2014, 2021).

Por outro lado, estes dados quantitativos são parciais e limitados, pois não revelam, nesse caso, os liames das condições de reprodução destes terceirizados diante da venda da própria força de trabalho, a nosso ver, abaixo de seu valor¹⁶.

Um caminho possível para avançar na discussão e reafirmar os vínculos entre dependência, questão nacional, luta de classes e território, é sinalizar para os protestos, paralisações, greves, etc., em suma, para as *formas de resistência* imanentes à luta de classes entre capital e trabalho no território (dependente) em questão, pois estes apontam para um problema de fundo, isto é, a superexploração da força de trabalho dos terceirizados (sub)contratados.

Nesse sentido, cabe destacar que já em 2011¹⁷, pouco tempo depois das empresas entrarem de fato em operação, 400 funcionários de uma empresa terceirizada que prestava serviços ao grupo Votorantin, Celulose e Papel (VCP), de onde surgiu a Fibria em 2009, entraram em greve em Três Lagoas. O grupo reivindicava o cumprimento de um acordo firmado em 2010, que previa uma série de melhorias trabalhistas e que até então não havia ocorrido.

Uma das reivindicações dos terceirizados era sobre a qualidade da alimentação. “É servida moela, salsicha cozida e bucho de boi. Isso quando se tem sorte” (MS HOJE, 05-11-2011), relatou uma das lideranças do movimento, o então presidente da Federação dos Trabalhadores na Indústria da Construção e Mobiliário do e Montagem Industrial do Estado do MS. Grande parte dos funcionários da empresa era de outros estados do País, como

¹⁶ Sobre isso cf. Oliveira (2021).

¹⁷ Vale lembrar que nesse mesmo ano ocorreu um incêndio num dos alojamentos que abrigavam 300 terceirizados. A polícia prontamente acusou os trabalhadores de terem provocado o incêndio. Sem atentar para os motivos, o fato de os trabalhadores estarem há vários dias sem água no local, o primeiro ato é o de acusar e até encarcerar. A matéria sobre o ocorrido pode ser lida no *site* <<http://g1.globo.com/mato-grosso-do-sul/noticia/2011/12/sem-agua-funcionarios-colocam-fogo-em-alojamento-diz-policia-em-ms.html>>. Acesso em: 08-09-2020.

Maranhão, Bahia e Tocantins. Foi relatado ainda que, a cada 90 dias de trabalho, os funcionários tinham direito a três dias de descanso, mas, conforme acordo, a folga subiria para cinco dias, o que também não era respeitado pela empresa (MS HOJE, 05-11-2011)¹⁸.

No mesmo ano de 2011, cerca de 400 trabalhadores das empresas Conther, Fortes Engenharia, Serpal e Metap, terceirizadas de outra empresa que aportava recentemente em Três Lagoas, a Eldorado Brasil, paralisaram as obras da construção civil da fábrica de celulose. Os trabalhadores realizaram uma manifestação em frente aos alojamentos do canteiro de obras, localizado na BR-158.

Os manifestantes acusavam as empresas empregadoras de não cumprirem com o que havia sido acordado em contrato. Eles reclamam que estavam recebendo salários menores do que é o pago no Estado de São Paulo, reivindicavam ainda assistência médica e denunciavam más condições de trabalho, incluindo a qualidade da alimentação. Os terceirizados ameaçaram entrar definitivamente em greve, alegando que as empresas contratantes haviam prometido um salário mensal de R\$ 1.200,00, mais benefício; convênio médico, vale alimentação, cesta básica e o reembolso do dinheiro gasto em passagens de ônibus, mas os empregadores não haviam cumprido o que estava em contrato. Boa parte desses trabalhadores era de estados como São Paulo, Sergipe, Alagoas, Piauí, Maranhão e Paraná (JP NEWS, 28-04-2011)¹⁹.

Outro exemplo nesse sentido ocorreu em 23-08-2011, quando cerca de quatro mil trabalhadores das empresas terceirizadas na construção da fábrica de celulose da Eldorado Brasil, que estavam em greve desde dia 8 deste daquele mês, voltaram ao trabalho depois de aceitarem um acordo provisório feito pelas empresas contratantes de mão de obra durante audiência no Tribunal da Justiça do Trabalho, realizada em Campo Grande, capital do MS (RCN 67, 23-08-2011)²⁰.

Conforme foi exposto pelo então advogado do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil Pesada, João Afonso Tetematti, as empresas terceirizadas sob pressão dos trabalhadores tiveram que ceder, propondo um aumento salarial aos seus funcionários. Os terceirizados “oficiais” (pedreiros, marceneiros, entre outros) passaram a receber um salário de R\$ 1.080,00; anteriormente o salário era de R\$ 1.000,00. Enquanto que os ajudantes, que

¹⁸ Disponível em: <<http://www.mshoje.com/noticias/21677-funcionarios-completam-2-dias-de-greve-na-votorantim-de-tres-lagoas>>. Acesso em: 08-09-2020.

¹⁹ Disponível em: <<https://www.jpnews.com.br/brasil/trabalhadores-na-construcao-da-eldorado-paralisam-obras/34682/>>. Acesso em: 08-09-2020.

²⁰ Disponível em: <<https://www.rcn67.com.br/jpnews/tres-lagoas/trabalhadores-terceirizados-da-eldorado-encerram-greve/39196/>>. Acesso em: 10-08-2021.

antes recebiam R\$ 780,00, passaram a receber R\$ 800,00. Além disso, receberam um vale-alimentação de R\$ 60,00. (RCN 67, 23-08-2011)²¹.

Mesmo assim, havia outras reivindicações que até então não tinham sido atendidas, como a passagem aérea para os trabalhadores que moravam a mais de 1.000 km de Três Lagoas (RCN 67, 23-08-2011)²². O mesmo advogado ainda ajudou na elaboração de um relatório entregue em assembleia dos trabalhadores. Nele, constavam várias das reclamações e insatisfações dos terceirizados as quais foram considerados pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) como um desrespeito das empresas terceirizadas à legislação trabalhista. Entre as irregularidades, estava, por exemplo, a maneira como o agenciamento dos trabalhadores era realizado, uma vez que as carteiras de trabalho só eram assinadas quando os terceirizados chegavam em Três Lagoas. Outra irregularidade constatada era o fato de que de algumas das empresas não entregavam o holerite aos operários (RCN 67, 23-08-2011)²³.

Em janeiro de 2012, no entanto, não tendo atendidos os seus pedidos, os terceirizados anunciaram mais uma vez outra greve geral, depois de paralisarem as atividades por quatro vezes. Dessa vez, cerca de oito mil trabalhadores das empresas Paranasa, Serpal e Montcalm, terceirizadas da Eldorado Brasil, paralisaram 100% as obras do canteiro. Novamente, a luta (de classes) era por melhores salários e melhores condições de trabalho. Segundo os terceirizados, o transporte que os levava até o canteiro de obras era inadequado, o alojamento²⁴ onde viviam era muito distante da cidade e sem conforto (PERFIL NEWS, 27-01-2012)²⁵.

No mesmo movimento de 2012, cerca de 65 funcionários (75% do total) da empresa terceirizada Manserv, que prestava serviço de manutenção à Fibria, resolveram parar por motivos de reajuste salarial. Conforme o presidente do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias da Construção Civil (SINTRICON) Aguimar Luiz de Souza, a paralisação (estado de greve) foi decretada depois que a terceirizada se recusou a atender às reivindicações da

²¹ Disponível em: <<https://www.rcn67.com.br/jpnews/tres-lagoas/trabalhadores-terceirizados-da-eldorado-encerram-greve/39196/>>. Acesso em: 10-08-2021.

²² Disponível em: <<https://www.rcn67.com.br/jpnews/tres-lagoas/trabalhadores-terceirizados-da-eldorado-encerram-greve/39196/>>. Acesso em: 10-08-2021.

²³ Disponível em: <<https://www.rcn67.com.br/jpnews/tres-lagoas/trabalhadores-terceirizados-da-eldorado-encerram-greve/39196/>>. Acesso em: 10-08-2021.

²⁴ Devido às denúncias foram realizadas visitas em alguns alojamentos ainda em 2008 quando se constatou que “[...] estavam alojados mais de 400 trabalhadores em quartos com 10 (dez) beliches, sem guarda roupa, sem ventiladores e com ar condicionado quebrado. No local existia uma fossa a céu aberto exalando mau cheiro próximo a cozinha e ao refeitório. Esses também não ofereciam condições adequadas para atender todos os trabalhadores no momento das refeições obrigando-os a tomarem as refeições nos quartos. Segundo depoimentos dos trabalhadores, a situação ‘já esteve pior’ porque houve dias em que jantaram a meia noite” (KUDLAVICZ, 2011, p. 157).

²⁵ Disponível em: <<https://www.jpnews.com.br/tres-lagoas/terceirizados-da-eldorado-decretam-greve-mais-uma-vez/45191/>>. Acesso em: 08-09-2020.

classe. Entre elas, o reajuste salarial de 12% e o aumento do vale-alimentação para o valor de R\$ 250,00, o que era de R\$ 70,00. Em contrapartida, a empresa teria oferecido reajuste de 6%, vale-alimentação de R\$ 120 e folga de campo a cada 60 dias, já que esta era concedida somente a cada 120 dias (JPNEWS, 26-06-2012)²⁶.

Em outubro de 2014, os funcionários da Fibria e da International Paper (figura 1 e 2) também resolveram protestar pedindo reajuste salarial de 8,33%, o que resultaria em aumento real de 2%. Na ocasião, depois das empresas negarem a reivindicação inicial de aumento salarial como queriam os trabalhadores, oferecendo um acréscimo de 7%, que representava 0,63% de ganho real, 150 mil funcionários resolveram se manifestar. Dentre eles, a maioria era de terceirizados.

Figura 1 - Manifestação dos trabalhadores da Fibria em Três Lagoas (2014)



Fonte: Perfil News (15-09-2014)

Figura 2 - Adesão dos trabalhadores terceirizados da empresa de Transporte Lotrans à manifestação em 2014



Fonte: Perfil News (15-09-2014).

²⁶ Disponível em: <<https://www.jpnews.com.br/tres-lagoas/terceirizadosda-fibria-cruzam-os-bracos/49163/>>. Acesso em: 08-09-2020.

Segundo um dos líderes sindicais da manifestação, um dos objetivos do movimento era a unificação dos salários nas unidades das indústrias em todo o país. Desse modo, relatou ele:

O setor de papel e celulose tem tido um desempenho excelente na economia do país, garantindo ganhos muito bons para as empresas. Não tem sentido os patrões alegarem que não podem dar um expressivo aumento real para nossa categoria; não podemos aceitar o achatamento dos salários de nossa base se nas unidades de outras bases os trabalhadores estão conquistando aumento real, diferentemente dos companheiros de Três Lagoas, observou o sindicalista (PERFIL NEWS, 15-09-2014)²⁷.

Ainda conforme essa liderança, o piso salarial da fábrica de celulose era R\$ 1.100 e da IP R\$ 900 (em 2014). Por isso, argumentava ele:

Nenhum argumento patronal irá nos acuar, nem nos impedir de buscarmos ganho real, porque defendemos que quando o trabalhador tem dinheiro no bolso ele vai às compras e faz a economia girar. Depois de várias rodadas de negociação, os patrões ofereceram apenas 0,63% de aumento real; um absurdo, por isto estamos intensificando nossa mobilização, com apoio da Força Sindical, CUT e outros companheiros para pressionar e exigir que eles melhorem a proposta²⁸.

Esse exemplo demonstra o conflito de classes em torno da remuneração incapaz de satisfazer as necessidades dos trabalhadores enquanto que, por outro lado, a Fibria e a International Papel, a cada ano, conquistam novos patamares produtivos e conseqüentemente vultosos lucros.

Em 2019, outro problema relacionado à questão salarial resultou na manifestação de terceirizados no centro da cidade. Os trabalhadores de uma terceirizada da Suzano, a empresa MultiPavi (figura 3), realizaram mais uma entre tantas outras manifestações, paralisações e greves feitas por trabalhadores que atuavam e/ou atuam no setor e que não são

²⁷ Disponível em: <<https://www.perfilnews.com.br/em-tres-lagoas-movimentos-sindicais-fazem-manifestacao-na-fibria-e-ip-por-reajuste-salarial/>>. Acesso em: 08-09-2020.

²⁸ Disponível em: <<https://www.perfilnews.com.br/em-tres-lagoas-movimentos-sindicais-fazem-manifestacao-na-fibria-e-ip-por-reajuste-salarial/>>. Acesso em: 08-09-2020.

Chama a atenção ainda um outro fato ocorrido em 2015, quando a Fibria, depois de revisar seus “estudos” sobre a alimentação dos trabalhadores, emitiu uma nota sobre o corte do café da manhã servido aos funcionários e terceirizados da unidade em Três Lagoas. O serviço iria ser suspenso, segundo a Fibria, porque não era prática comum no (moderno?) mercado. Na nota, a empresa justificou: “Como resultado dessas análises, o oferecimento do desjejum será descontinuado, alinhando a prática aos padrões de mercado”. O presidente do Sititrel (Sindicato das Trabalhadores nas Indústrias de Papel e Celulose), Almir Morgão, retrucou: “Infelizmente a Fibria vem tendo atitudes retrógradas que desapontam, desestimulam o trabalhador e apequena sua história diante da sociedade. Uma empresa que já foi motivo de orgulho, hoje, constrói uma imagem negativa”. Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/cidades/interior/servir-cafe-da-manha-nao-e-padrao-de-mercado-diz-fibria-sobre-corte/>>. Acesso em: 03-04-2021.

terceirizados). No caso desta manifestação, o intuito foi o de reivindicar o pagamento dos acertos trabalhistas e salários que os terceirizados não tinham recebido (RADIO CAÇULA, 01-10-2019)²⁹.

Figura 3 - Manifestação dos terceirizados da empresa Multipav em Três Lagoas no ano de 2019



Fonte: Radio Caçula (01-10-2019)

No dia 14 do 09 de 2020, representantes da International Paper e do Sititrel (Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Papel e Celulose de Três Lagoas) estiveram reunidos na sede sindical para tratar a respeito do Acordo Coletivo 2020/2021. Na ocasião, a Suzano³⁰ apresentou a proposta de 1% de aumento no piso salarial, abono, *ticket* alimentação e auxílio-creche. A proposta foi rejeitada pelos trabalhadores (TISSUE ONLINE, 15-09-2020)³¹.

Na fábrica de papel e celulose da Suzano em Três Lagoas uma paralisação das atividades havia sido agendada pelo Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Assalariados, alegando justamente falta de negociações com a companhia. Os representantes questionavam ainda o problema da pandemia, propondo que, por motivo de segurança, os trabalhadores ficassem em casa para evitar aglomeração e evitar transmissão da Covid-19. A paralisação, no entanto, não se sabe ao certo por qual motivo, não foi levada adiante (JP NEWS, 15-09-2020)³².

²⁹ Disponível em: <<https://www.radiocacula.com.br/noticias/trabalhadores-de-empresa-terceirizada-pela-suzano-realizam-manifestacao-por-falta-de-salarios>>. Acesso em: 03-04-2021.

³⁰ A empresa, em decorrência da sua voracidade em cortar direitos de seus empregados, recebeu a alcunha de “Sugano” entre os trabalhadores.

³¹ Disponível em: <<https://tissueonline.com.br/trabalhadores-de-empresas-de-papel-e-celulose-reivindicam-direitos/>>. Acesso em: 04-03-2021.

³² Disponível em: <<https://www.jpnews.com.br/tres-lagoas/funcionarios-da-suzano-nao-aderem-a-greve/142080/>>. Acesso em: 04-03-2021.

Em 21-09-2021, novamente centenas de funcionários da fábrica de papel e celulose Suzano realizaram uma manifestação na porta de entrada da unidade (figura 4). Na ocasião, os trabalhadores de empresas terceirizadas também aderiram ao protesto que buscava por *reposição salarial*, assim como *reajuste de benefícios*. Os ônibus que transportavam os funcionários não entraram na fábrica e mais de mil pessoas se aglomeraram do lado de fora, na mobilização organizada pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Papel e Celulose de Três Lagoas (Sititrel) (RCNE67, 21-09-2021)³³.

O sindicalista Almir Morgão explicou, em entrevista, que a categoria não aceitou a proposta da Suzano, que ofereceu *reajuste abaixo da inflação*. De acordo com o presidente da Sititrel, a proposta fica aquém do que foi reivindicado, sendo 9,85% referente a inflação e 3% de ganho real. “O valor não corresponde ao INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) do período. Por isso, estamos aqui para chamar a atenção da empresa e para defender o funcionário. Porque se perdermos 1,85%, a gente nunca mais recupera”. De forma um tanto quanto contraditória, o sindicalista ainda afirmava: “Não estamos aqui politicamente (sic!), mas para defender o trabalhador. Talvez a Suzano faça um abaixo assinado para ter assembleia, mas peço aos trabalhadores que não assinem”, declarou durante o protesto (RCNE67, 21-09-2021)³⁴.

Figura 4 - Paralisação de centenas de trabalhadores da Suzano em frente à unidade da empresa em Três Lagoas em 21-09-2021



Fonte: RCN 67 (21-09-2021).

³³ Disponível em: <<https://www.rcn67.com.br/tvc-canal-13/funcionarios-fazem-protesto-na-suzano-papel-e-celulose-em-busca-de/154483/>>. Acesso em: 21-09-2021.

³⁴ Disponível em: <<https://www.rcn67.com.br/tvc-canal-13/funcionarios-fazem-protesto-na-suzano-papel-e-celulose-em-busca-de/154483/>>. Acesso em: 21-09-2021.

Ainda em 2021, novamente os trabalhadores ameaçaram greve devido à falta de um acordo nas negociações salariais entre o já citado Sititrel e a Suzano (figura 5). Em mais uma manifestação, a terceira só em 2021, o sindicato mobilizou os trabalhadores a não aceitarem o que empresa oferecia. Na realidade, conforme o presidente do sindicato, Almir Morgão, a Suzano não apresentou nenhuma proposta de ganho real para os trabalhadores, apenas a correção da inflação, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). “A empresa ofereceu 8% de reajuste em 1º de agosto mais 1,85% a partir de 1º de dezembro, totalizando 9,85%, que é apenas a perda que tivemos com a inflação, ganho real mesmo, não foi oferecido nada” (RCN67, 16-10-2021)³⁵.

Figura 5 – Representante do Sitirel em paralisação em frente a uma das unidades da Suzano em Três Lagoas no dia 16-10-2021



Fonte: RCN 67 (21-09-2021)

Ainda de acordo com Morgão, o sindicato pleiteava, além da correção da inflação, mais 3% de reajuste salarial, bem como a correção da inflação sobre os demais benefícios que os trabalhadores recebiam. Ademais, o sindicato reivindicava a manutenção de auxílio medicamento e do plano nacional de saúde que era direito dos funcionários já há 12 anos. O sindicalista finalizou explicando que 40% dos trabalhadores eram oriundos de outros estados e precisam de um plano de saúde com cobertura nacional, pois estão sempre se locomovendo e viajando e, portanto, não podem ficar desassistidos.

Estes rápidos exemplos guiam a questão novamente para um caminho que subjaz a análise, qual seja: a *luta de classes*³⁶. Nota-se, que apesar de todas dificuldades, especialmente

³⁵ Disponível em: <<https://www.rcn67.com.br/jpnews/tres-lagoas/funcionarios-da-suzano-podem-entrar-em-greve-em-tres-lagoas/155249/>>. Acesso em: 30-10-2021.

³⁶ Ademais, é também preciso reconhecer e assinalar o “campo gravitacional classista”, ideológico e político, no qual orbitam as heterogêneas vertentes pós-modernas. E mais, apontar que também, nesse campo, elas não só se contrapõem ao marxismo, como, fundamentalmente, pretendem anulá-lo, após tanto o combate-lo. É no

para os terceirizados, que estes não cessam de lutar e resistir. Na verdade, a resistência e a luta dos trabalhadores têm sua gênese com a própria territorialização do agronegócio de silvicultura e segue o movimento e a dinâmica deste com estes sujeitos sociais ora lutando por direitos já garantidos e que correm o risco de perderem, ora reivindicando outros que lhes foram retirados, ora conquistando algo, ora perdendo o que foi almejado. No interior desses processos, a superexploração da força de trabalho é forjada como substância do capitalismo dependente encarnada no agronegócio de silvicultura.

Isto não significa que a resistência seja um produto mecânico, um epifenômeno, da superexploração da força de trabalho. Entre a condição superexplorada, estrutural no capitalismo dependente, e a resistência dos trabalhadores interpõem-se um conjunto complexo de mediações das quais podem ou não emergir ações de resistência – mais ou menos enérgicas; mais ou menos consistentes. O caráter fragmentário e episódico de muitas dessas ações e as dificuldades para que estas se expressem de modo unitário e articulado com lutas de outras frações da classe trabalhadora podem levar a um questionamento a respeito de sua validade política como contraponto ao capital.

A esse respeito, Gramsci evidencia que a fragmentação e o caráter episódico das ações de resistência não se constituem elementos ocasionais e inesperados. Em seu Caderno 25, de seus escritos no Cárcere, o marxista sardo afirma que “a história dos grupos sociais subalternos é necessariamente desagregada e episódica”. Isso se deve ao fato de que, diante da tendência à unificação, ainda que em termos provisórios, esta tendência é continuamente rompida pela iniciativa dos grupos dominantes:

Na realidade, mesmo quando parecem vitoriosos, os grupos subalternos estão apenas em estado de defesa, sob alerta [...]. *Por isto, todo traço de iniciativa autônoma por parte dos grupos subalternos deve ser de valor inestimável para o historiador integral*; daí decorre que uma tal história só pode ser tratada através de monografias e que cada monografia demanda um acúmulo muito grande de materiais frequentemente difíceis de recolher (GRAMSCI, 2002, p. 135-136, *grifo nosso*).

Há resistência e luta no território do capitalismo dependente! E essas resistência e luta (co)respondem às próprias condições da periferia do capitalismo dependente, cuja especificidade da lei do valor impõem, de certo, potencialidades distintas e, talvez, até restritas com severas implicações às lutas, enredadas em enormes dificuldades fruto das múltiplas formas de violência deste capitalismo via Estado e dos “Aparelhos ‘Privados’ de

âmbito da *luta de classes*, portanto, que o ideário (“de direita” e “de esquerda”) pós-moderno deve ser “desconstruído” (OLIVEIRA; RIBEIRO, 2015, p. 23).

Hegemonia” como denominou Gramsci (2012), os quais estão cada vez mais difundidos e capilarizados pela Sociedade Civil e com poder suficientes para ditar a política ou atacar por inúmeras vias (e de diferentes maneiras) os que resistem e desafiam o capital.

A luta e a resistência indicam ainda, por mais que isso possa parecer evidente, um sinal da contradição permanente entre capital x trabalho, nesse caso gestada e desdobrada no interior da “moderna” produção de eucalipto, celulose e papel³⁷ que, emulando de certo modo a dialética como a própria dependência. Longe de expressar um problema dual entre, de um lado o agronegócio “moderno” e, de outro, um latifúndio “arcaico” no MS, o que se tem é a própria expressão contraditória de um processo que engendra sua negação inscrita no âmago deste tipo de produção.

Os trabalhadores, incluindo os terceirizados, que atuam no setor no município, a seu modo, também lutam e resistem como podem e com as ferramentas que possuem, porque são parte desta dinâmica contraditória, sendo obrigados a aceitar a venda da sua força de trabalho em condições, no geral, piores que as do capitalismo central. Porém, ao mesmo tempo em que aceitam, agem ativamente para negar estas condições, o que resulta, como visto, no enfrentamento à intensificação dos impactos destrutivos em suas condições de trabalho e de vida causados pela superexploração de sua força de trabalho.

Considerações finais

A derrocada do “socialismo real” e o fim da Guerra Fria deram potência a significativas transformações associadas à emergência do neoliberalismo, dentre as quais o anúncio/celebração do fim das alternativas ao capitalismo, materializando um vigoroso e capilarizado processo de “naturalização da ordem global do capital”, como denunciou Lander (2004). Neste contexto, problemas como a lei do valor, a divisão internacional do trabalho, imperialismo, formação econômico-social, capitalismo dependente, luta de classes e superexploração da força de trabalho (complexos que norteiam e determinam a questão nacional), foram cedendo lugar às análises teóricas e políticas de cunho pós-moderno, discutidas neste artigo. Este cabedal de análise supostamente inovador se expressou e ainda se expressa numa contraposição idealista à modernidade cujo mote se assentou (e resultou)

³⁷ Além da própria empresa frequentemente se intitular como uma das mais modernas do mundo, também uma parcela da mídia ajuda a difundir essa imagem, o que, geralmente vem atrelado à outras mensagens segundo as quais a empresa estaria seguindo os mais elevados padrões internacionais, gerando expectativas de “desenvolvimento sustentável”. Uma análise crítica sobre o chamado “desenvolvimento sustentável”, encontra-se em: Freitas; Nélsis; Nunes (2012).

numa desqualificação das “grandes narrativas”, em especial (mas não só) à concepção marxiana/marxista e à perceptiva da possibilidade do comunismo e da emancipação humana, tudo isso em consonância com a *zeitgeist* da “globalização”.

Nesse interim, mesmo pensadores da tradição socialista como Hardt e Negri (2001) e outros tantos, incorreram em avaliações precipitadas sobre um suposto fim do Estado-nação com a ascensão do neoliberalismo e do “livre” mercado atrelado ao chamado capital financeiro e ao poderio de grandes corporações empresariais que passariam a dominar e ditar os rumos de uma fictícia “Aldeia Global” formada por uma “multidão” (HARDT; NEGRI, 2005).

Concomitantemente, de mãos dadas com os pensadores pós-modernos, há uma forte tendência nestes e em outros autores à um procedimento que procura afirmar um suposto “fim da questão nacional”, assim com outros tantos “fins...” “do trabalho”, “das classes”, “das indústrias”, etc., ao mesmo tempo em que abandonam de uma vez por todas a perceptiva da revolução e a possibilidade de autodeterminação dos povos, incluindo aqueles que sobrevivem em condições terríveis na periferia do sistema, onde a força de trabalho é superexplorada. Assim, nessas concepções, a dimensão da luta de classes

Na contramão destas proposições idealistas e bastante próximas ao mote neoliberal, procuramos indicar no texto em tela que o tema complexo e espinhoso da questão nacional, ainda que não seja novo e tenha sido praticamente varrido da história (e da geografia) contemporânea pelos pós-modernos, permanece vivo, atual e relevante no que tange à compreensão das condições de uma economia dependente como a brasileira, ainda mais se visto à luz da perceptiva da Teoria Marxista da Dependência (TMD), notadamente por meio do enfoque original e radical dado por Ruy Mauro Marini.

Como visto, o caráter dialético da questão nacional exposto em uma de suas obras mais destacadas, *Dialética da Dependência*, conseguiu articular dois planos indissociáveis na realidade latino-americana: as análises de classe (da luta de classes) e a inserção periférica e subalterna (internacional) das economias dependentes na economia mundial, planos incompreensíveis um sem o outro. Neste quadro, foi destacada a importância do trabalho terceirizado na materialização da superexploração do trabalho no agronegócio da silvicultura no contexto do capitalismo dependente.

Esse diapasão unido aos exemplos do que vem ocorrendo na produção de eucalipto, celulose e papel em Três Lagoas, analisados no último item do manuscrito, notadamente no que se refere à dimensão política que se expressa nas formas de resistência ao capitalismo ali representado na figura do agronegócio de silvicultura, sinalizam para a validade e atualidade

(teórica e política) da questão nacional no interior (das lutas de classe) do capitalismo dependente. Tais manifestações, muitas das quais associadas às reivindicações salariais e por melhores condições de trabalho, constituem formas episódicas e fragmentárias da luta de classes no Brasil no seio de um setor econômico propalado como redentor da economia nacional, o agronegócio. Nesse caso, as reivindicações dos trabalhadores em luta desvelam, ativamente, a contraface de um processo muito mais amplo (estrutural e sistêmico) envolvendo a particularidade da economia dependente articulada à totalidade da reprodução dinâmica e contraditória do capital.

É este, portanto, o ponto de partida de um enfoque teórico político crítico assentado na análise do capitalismo dependente no qual, dadas as relações de classe que ali se estabelecem, baseadas na superexploração da força de trabalho, existem ainda possibilidades concretas de processos revolucionários, ainda que expressos, hoje, de modo incipiente. Tais possibilidades, entretanto, como destacou Marini (1991), só serão atualizadas mediante o avanço da teoria e da prática revolucionária que, a nosso ver, seja capaz de incorporar criticamente a questão nacional ao invés de descartá-la como mero produto de uma abstrata e superada modernidade.

Referências

ANDERSON, P. **As Origens da Pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

ANTUNES, R. **O Privilégio da Servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, R.; FILGUEIRAS, V. Plataformas digitais, uberização do trabalho e regulação no Capitalismo contemporâneo. **Contracampo**, Niterói, v. 39, n. 1, p. 27-43, abr./jul. 2020.

ARAÚJO, E. S. **As condições de exploração da força de trabalho no Brasil na fase atual do capitalismo: uma análise do período 1990-2007**. São Luís: Universidade Federal do Maranhão, 2011.

ALMEIDA, R. A. A territorialização do agronegócio do eucalipto na região leste de Mato Grosso do Sul e o cerco à reforma agrária. **Anais XVI Encontro Nacional de Geógrafos**. Porto Alegre, 2012.

BENKO, G. **Economia, espaço e globalização**. São Paulo: Hucitec, 1996.

CARCANHOLO, M. D. O atual resgate crítico da teoria marxista da dependência. **Trabalho, Educação e Saúde**, Vol. 11, n.1, Rio de Janeiro, 2013.

CARCANHOLO, M. D.; BARUCO, G. C. da. C. A atual ideologia conservadora e o capitalismo contemporâneo: uma crítica à teoria pós-moderna neoliberal. In: **XXXVI Encontro Nacional de Economia** - ANPEC, Salvador, 2008.

CARLOS, A. F. A. **Espaço-tempo da vida cotidiana na metrópole**. São Paulo: Labur Edições, 2017.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

DELGADO, G. C. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

DRUCK, G. Trabalho, precarização e resistências. **Caderno CRH**, Salvador, UFBA, v. 24, 2011.

FREITAS, R. de C. M.; NÉLSIS, C. M.; NUNES, L. S. A crítica marxista ao desenvolvimento (in)sustentável. **Revista Katálysis**. v.15, n. 1, p.41-51, 2012.

FRANK, A. G. **Capitalismo y subdesarrollo en América Latina**. Buenos Aires: Siglo XXI, 1970.

GÓES, C. M.; RICUPERO, B. Revolução passiva no Brasil: uma ideia fora do lugar? **Tempo da Ciência**, Toledo, v. 20, n. 40, p. 159-190, jul./dez. 2013.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**: volume 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

_____. **Cadernos do cárcere**: volume 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

HARDT, M; NEGRI, A. **Império**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. **Multidão**: guerra e democracia na era do império. Rio de Janeiro: Record, 2005.

KOHAN, N. Desafíos Actuales de la Teoría Crítica. Anais do II Encontro Nacional de Política Social. In: **IV Seminário de Práticas em Serviço Social**, UFES, Vitória, 2007.

LANDER, E. Eurocentrismo, saberes modernos y la naturalización del orden global del capital. In: DUBE, S.; DUBE, I. B.; MIGNOLO, W. (org.). **Modernidades coloniales**. México: Colegio de México, 2004.

LAMBERT, J. **Os dois Brasis**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.

LÖWY, M. O sonho naufragado: a Revolução de Outubro e a questão nacional. **Lutas sociais**, n. 7, p. 131-41, 2001.

LYOTARD, J. F. **A condição pós-moderna**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002.

KUDLAVICZ, M. **Dinâmica agrária e a territorialização do complexo celulose/papel na microrregião de Três Lagoas/MS**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação – Mestrado em Geografia/CPTL/UFMS, Três Lagoas 2011.

MARINI, R. M. **Informe Internacional** [MIR]. Agosto de 1991. Disponível em: http://www.marini-escritos.unam.mx/317_informe_internacional_marini.html. Acesso em: 02-11-2021.

_____. **Dialética da dependência**, 1973. *In*: TRASPADINI, R.; STEDILE, J. P. (org.). **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MARTINS, J. S. **Expropriação e violência: a questão política no campo**. São Paulo: Hucitec, 1980.

MARX, K. **O Capital. Livro I**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MCLUHAN, M. **A galáxia de Gutenberg: a formação do homem tipográfico**. São Paulo: Editora Nacional; EDUSP, 1972.

MORAES, A. C. R. **Na trilha do purgatório: política e modernidade na Geografia brasileira contemporânea**. *In*: MORAES, A. C. R. **Geografia histórica do Brasil: capitalismo, território e periferia**. São Paulo: Annablume, 2011.

NETTO, J. P. **De como não ler Marx ou o Marx de Sousa Santos**. *In*: NETTO, J. P. **Marxismo impenitente: contribuição à história das ideias marxistas**. São Paulo: Cortez, 2004.

OLIVEIRA, A. L. A. de. **Aspectos da dinâmica socio territorial do trabalho terceirizado: em busca dos “territórios terceirizados”**. 2014. **Dissertação** (Mestrado em Geografia) – Departamento de Ciências Humanas, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2014.

_____. **Superexploração da força de trabalho, capitalismo dependente e agronegócio: um estudo da terceirização a partir da empresa Suzano Papel e Celulose em Três Lagoas/MS**. **Tese** (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

OLIVEIRA, A. L. A. de; RIBEIRO, J. C. **Transpassando o labirinto de espelhos pós-moderno: nas mãos, a lanterna da razão e o formão da práxis**. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas/MS – nº 21 – Ano 12, Maio, 2015**.

OLIVEIRA, F. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2013.

OSÓRIO, Jaime. **Sobre o Estado, o poder político e o Estado dependente**, **Temporalis**, ano 17, n. 34, pp. 25-51, Brasília, jul/dez 2017.

_____. **O Estado no centro da mundialização: a sociedade civil e o tema do poder**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

RELATÓRIO ANUAL IBÁ, 2019. Disponível em:
<https://iba.org/eng/datafiles/publicacoes/relatorios/iba-relatorioanual2019.pdf>. Acesso em: 09-11-2021.

RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE FIBRIA, 2009, 2010.

RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE SUZANO, 2010.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: EDUSP, 2014.

SANTOS, T. **Socialismo ou fascismo**: o novo caráter da dependência e o dilema latino-americano. Florianópolis: Insular, 2018.

SOUZA, G. A. de.; SILVA, Laís Ribeiro. Agronegócio e dependência: uma perspectiva de análise sobre a região de Matopiba. In: **Caminhos da geografia**. Uberlândia v. 20, n. 72. Dez/2019, p. 149-168.

SPIILIMBERGO, J. E. **A questão nacional em Marx**. Florianópolis: Insular, 2002.

XAVIER, G. L. Agronegócio e capitalismo dependente na América Latina: o caso brasileiro. **Argumentum**, vol. 9, núm. 2, maio-agosto, 2017, p. 147-160.

Recebido em novembro de 2022

Aceito em fevereiro de 2023